

Exigências de posseiros atrasam as negociações

A comissão dos posseiros de Rosa da Penha (que continuam na catedral de Vitória) quer a definição de prazos de três dos oito itens que o Governo do Estado propôs com relação às melhorias para a área da região de Itanhenga, oferecida aos 600 invasores. Estas imposições provocaram ontem o adiamento de uma assembléia que deveria deliberar a respeito da aceitação ou não da área.

A comissão de posseiros quer a definição dos prazos para a instalação de uma escola para atender aos alunos da 1ª à 4ª série, de rede elétrica em Itanhenga e uma linha de ônibus para a população. Ontem à tarde duas caravanas de invasores estiveram no local — levados por um ônibus do Iesbem — e, ao contrário do que pensavam anteriormente, ao conhecerem a região, os posseiros ficaram muito entusiasmados. “A cavalo dado não se olha os dentes”, diziam algumas mães visivelmente emocionadas, não escondendo a vontade de serem logo transferidas.

Entretanto, a definição para a transferência somente deverá ocorrer hoje, quando numa assembléia, às 10 horas, o secretário de Bem Estar Social, Clovis de Barros, irá levar a confirmação dos 3 itens pendentes. Por outro lado, dificilmente haverá qualquer confirmação de datas, pois segundo o governador Eurico Rezende o Estado não irá aceitar a imposição de prazos. Enfatizou, que “no princípio de autoridade não existe relógio ou folhinha”. Embora Rezende tenha declarado isto também ao secretário de Bem Estar Social, demonstrando inclusive muita irritação com o assunto, Clóvis de Barros, omitiu as observações do governador quando esteve logo depois com os posseiros na catedral.

Segundo ele, hoje serão feitos contatos com a Escelsa, Secretaria de Educação e

Detran na tentativa de se obter os prazos impostos pela comissão de posseiros, e sugeridos inicialmente através de pessoas ligadas às entidades da Arquidiocese de Vitória.

As propostas do Governo do Estado com relação às melhorias da área de Itanhenga são as seguintes: demarcação de ruas com lotes de 10m x 18 m2 com prazo entre 5 e 10 dias para entrega das obras; assessoria ao multirão para reconstrução dos barracos; colocar à disposição máquinas necessárias ao trabalho e à abertura de poços para abastecimento de água; instalação de rede d'água dentro de 6 meses, estudo das possibilidades da instalação de torneiras públicas; realização semanal de exames bacteriológicos da água dos poços; e construção de uma escola para atendimento da 1ª a 4ª série do 1º grau.

Além disso, o governo se compromete em dar atendimento médico, através de um posto volante no local, até a construção de um posto de saúde; remover os casos de internamento; destinar Cr\$ 300 mil para aquisição de materiais de construção; executar projeto de extensão de rede elétrica de acordo com recursos colocados à disposição e somente não ficou absolutamente definido o funcionamento de uma linha de ônibus.

Conforme observações do governo estadual, os posseiros terão seus lotes de graça e as primeiras famílias a serem instaladas na área serão as que estiverem alojadas na catedral, segundo cadastramento já realizado pela comissão de moradores. Além disso, o cadastramento total — daqueles posseiros que estão em casas de parentes — será completado pela Secretaria do Bem Estar Social com participação da comissão.